



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Cox e a teoria crítica das relações internacionais:

ecletismo ou coerência? Uma avaliação preliminar

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Como citar: PASSOS, R. D. F. Cox e a teoria crítica das relações internacionais: ecletismo ou coerência? Uma avaliação preliminar. *In:* PASSOS, R. D. F.; FUCCILLE, A. **Visões do Sul:** crise e transformações do sistema internacional (volume I). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 81-96.

DOI: [https:// doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-789-0.p81-96](https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-789-0.p81-96)



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

COX E A TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ECLETISMO OU COERÊNCIA? UMA AVALIAÇÃO PRELIMINAR¹

Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1 INTRODUÇÃO

O intento deste texto é apontar resultados preliminares de uma pesquisa que tem como objetivos: a) investigar a existência de um eventual ecletismo na teoria crítica das relações internacionais enunciada por Robert W. Cox (1981) que permita, inclusive, entender uma hipotética aproximação com uma perspectiva idealista liberal; b) pesquisar a coerência da abordagem coxiana com o aparato conceitual de Antonio Gramsci. A contribuição a ser proporcionada pela investigação proposta aponta para o início de uma elucidação em grau substantivo de pontos importantes do debate teórico internacionalista contemporâneo em vista da ausência na literatura nacional e internacional de uma avaliação mais substantiva nos termos dos objetivos mencionados.

Para tal, serão apresentados neste texto aspectos gerais da teoria crítica e sua repercussão desde o início de sua formulação por Cox, seus nexos com as formulações de Antonio Gramsci e algumas dificuldades metodológicas e epistemológicas. Posteriormente, serão introduzidos alguns elementos metodológicos e epistemológicos destinados a elucidar a pesquisa sobre o cientista político canadense. Considerações finais resumirão os principais argumentos aqui desenvolvidos e apontarão alguns aspectos a serem melhor abordados em outras oportunidades.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq com bolsa de pós-doutorado sênior, processo 167629/2013-1.

Tem-se como objetivos mais amplos da pesquisa responder às seguintes questões, que resumiriam os problemas a serem investigadas:

- a) Em análise do conjunto de sua obra, o empreendimento teórico de Cox pode ser avaliado como eclético?
- b) A obra de Cox poderia se articular de modo incoerente com uma perspectiva crítica, tendo em vista que alguns de seus componentes importantes a alinhariam com uma última versão de um idealismo liberal²?
- c) A centralidade da teorização coxiana em torno das formulações de Antonio Gramsci faz jus às premissas teórico-práticas do conjunto da obra do comunista italiano?

As hipóteses a serem testadas nesta pesquisa são:

- a) A abordagem teórica de Cox incorre em ecletismo no âmbito epistemológico na medida em que justapõe aspectos incompatíveis entre si tomados dos pensamentos de Max Horkheimer e Antonio Gramsci.
- b) O ecletismo e a enorme amplitude dos princípios diferenciadores de uma teoria crítica e uma teoria *problem-solving* levam a primeira a ser entendida em alguns aspectos como um construto teórico compatível com o idealismo liberal.
- c) O conhecimento do conjunto da obra de Gramsci por Cox é limitado, ignorando aspectos conceituais e metodológicos relevantes do autor sardo.

A revisão bibliográfica que se segue servirá em parte para fundamentar e justificar o conjunto das hipóteses elencadas.

A definição pontual da teoria crítica dá notícia de uma vertente histórica, de abordagem totalizante e inserida num contexto de propósito transformador por Cox, na sua oposição à ahistoricidade, à perspectiva limitadora e de manutenção do *status quo* das teorias *problem-solving* (alusivas aos enfoques realistas e neoliberais). Na estrutura histórica da teoria crítica, interagem três categorias de forças: as capacidades materiais³, as idéias e as instituições (COX, 1981, p. 128-137). Tal conceituação ensejou uma diver-

² Este é um dos argumentos centrais contemplados em ensaio de Jahn (1998) sobre a teoria crítica, como poderá ser observado na discussão do estado da arte tratado mais adiante nesta contribuição.

³ Conforme Mariutti (2013, p. 41), trata-se de categoria similar àquela de cunho marxista de forças produtivas.

sidade de vertentes teóricas, com vários pontos distintos entre si. A partir da enunciação pioneira de Cox de 1981, houve uma miríade de enfoques abrigada sob o rótulo “teoria crítica” sem a preocupação mais específica do que e como seria a abordagem “crítica” em questão. Teriam como pressupostos partilhados aqueles já mencionados que diferenciariam uma teoria crítica de uma teoria *problem-solving* autores cosmopolitas, habermasianos (LINKLATER, 2001) neogramscianos e/ou neomarxistas (GILL; LAW, 1989; RUPERT, 1995; MURPHY, 1994, 1998, 2007), construtivistas (PRICE; REUS-SMITH, 1998, p. 260, 264, 266-267, 272; ADLER, 1999, p. 221), foucaultianos (GILL, [1995]), feministas (WHITWORTH, 1994), pós-modernos (WALKER, 2013, p. 49), verdes (KÜTTING, 2001, p. 3) como apenas alguns poucos exemplos da mesma teoria crítica.

Mais do que um rótulo extremamente abrangente, a teoria crítica proporcionou em algumas de suas variadas expressões uma grande dificuldade de entendimento dos parâmetros da crítica ao realismo estrutural de Waltz (1979, 2001), seja se aproximando do parâmetro positivista ou dele distanciando-se. Ao mesmo tempo, a abordagem seminal de Cox articula distintas vertentes teóricas que, para além de seus rótulos vagos, podem ao menos indicar um pequeno parentesco intelectual com a abordagem realista, a despeito de enormes diferenças de um enfoque realista para com qualquer outro. Elencar-se-ia a propósito disto, o assim chamado realismo de Carr, ainda que Cox destaque seu caráter histórico que o distingue de outras abordagens como as de Morgenthau e Waltz. Em linha argumentativa que apontaria maiores proximidades com outras teorias, conforme Andrew Linklater, a teoria crítica construiria “pontes entre as ilhas das teorias”, incorporando partes valiosas do realismo, racionalismo e idealismo. Além disso, a teoria crítica poderia emprestar unidade e liderança à disciplina de Relações Internacionais e tentar agrupar outras abordagens em torno de seus projetos de pesquisa sem, contudo, que as outras vertentes possam mapear tal campo na sua totalidade (LINKLATER, 1990, p. 86 apud JAHN, 1998, p. 626). Isto tudo sem falar na “*via media*” entre a perspectiva mais próxima à teoria crítica e a de Waltz em enfoques que identificam no construto de Cox uma base para uma percepção e construção social da realidade (ADLER, 1999, p. 221; WENDT, 2003, p. 40).

Considerando toda esta diversidade e pluralidade, enuncia-se o foco em torno do ex-diretor da Organização Internacional do Trabalho e sua obra, considerando sua relevância e pioneirismo para a vertente em pauta.

É notável no *opus* do cientista político canadense certa centralidade em torno de nomes como Collingwood, Braudel, Vico, Ibn Kaldun e Gramsci. Este autor e sua recorrência na sua obra em particular fazem Cox encabeçar a lista dos autores classificados como “gramscianos” ou “neogramscianos”. Sem se entender como um marxista (ao contrário do que é comumente escrito), declarou em entrevista ser apenas um tributário do marxismo. Ele coloca em segundo plano a discussão se faz ou não interpretação acurada do marxismo de Gramsci (SCHOUTEN, 2009, p. 3). Cox destaca o modo como usa tais interpretações para dar conta da análise adequada do plano internacional.

Tais pontos chamam a atenção para uma eventual coerência da abordagem teórica ou uma perspectiva eclética de Cox, um dos pontos centrais a serem discutidos a seguir como problema de pesquisa e tendência relevante no estado da arte.

2 COX SOBRE GRAMSCI: UM POUCO DA OBRA E REPERCUSSÃO

Resumir a produção bibliográfica de Cox e que lhe é pertinente seria muito difícil em face da enorme repercussão e do tamanho. Por isso, o foco recairá neste item sobre aquela bibliografia especificamente pertinente aos problemas de pesquisa anteriormente mencionados.

Há uma significativa literatura que aponta a influência do enfoque filosófico da Escola de Frankfurt na definição coxiana da teoria crítica das Relações Internacionais (DEVETAK, 2005, p. 138-139; HALLIDAY, 1999, p. 67; PUGH, 2004, p. 40; JAHN, 1998, p. 616-617; MORTON, 2003, p. 153-154), ainda que o próprio autor não admita (COX, 2002 apud SCHECHTER, 2002, p. 28). Todavia, nem o próprio Cox nem qualquer outro autor desenvolvem argumento para demonstrar que não existe tal parentesco intelectual.

Em outra oportunidade, foi demonstrado que as premissas fundamentais de uma teoria crítica das relações internacionais – na perspecti-

va de distinção entre uma teoria crítica e uma teoria *problem-solving* - são muito semelhantes às características que Horkheimer (1991) argumentou para diferenciar uma teoria crítica de uma teoria tradicional. Entretanto, foi apenas esboçada uma avaliação prévia de um ecletismo na formulação pioneira de Cox sobre a teoria crítica em 1981 na medida em que se justapõem dois estatutos epistemológicos distintos, ambos originários do marxismo (PASSOS, 2013).

O estatuto epistemológico de Horkheimer (1991) de uma teoria crítica destaca a diferenciação com a teoria tradicional, fortemente associada às ciências da natureza e práticas análogas a tais ciências. Estas ciências divorciam teoria e prática, sujeito e objeto, além da alienar toda a sua historicidade. O fazer científico tradicional nas universidades e laboratórios não guardaria qualquer caráter dialético e crítico em momento algum, conforme a avaliação do filósofo alemão. O momento de reconciliação dos processos de trabalho e da racionalidade identificados com a teoria crítica levaria à emancipação humana, muito embora não fique claro em que consistiria este momento, em vista da sua análise diagnosticar uma impossibilidade revolucionária conjuntural dos anos 1930 – período da elaboração horkheimiana - e um enorme pessimismo permeado pelo nazismo, pelo fascismo, pelo stalinismo, pela iminência de uma guerra mundial e pelo refluxo dos movimentos políticos oposicionistas e dos trabalhadores.

Já o estatuto epistemológico gramsciano diverge diametralmente do congênere horkheimiano. Um conhecimento e uma teoria de caráter crítico não seria somente a reconciliação unitária e plena teórico-prática na construção do saber, mas um processo de desenvolvimento da filosofia, das ciências naturais e da superação da metafísica, da religião, do senso comum, *mesmo com seus limites* (GRAMSCI, 1975, p. 1448-1449). Portanto, pode-se partir de tais perspectivas e posteriormente superá-las. Todo tipo de conhecimento remete a uma indissolúvel unidade teórico-prática, mesmo que tal unidade não tenha alcançado seu corolário na sociedade integral ou total – o eufemismo gramsciano referente à sociedade socialista para fugir à censura carcerária. Este é o caminho para a construção de uma nova hegemonia – uma concepção dirigente de mundo a partir da sociedade civil por uma fração de classe, elite ou grupo combinando força e o predomínio do

consenso nos âmbitos moral, intelectual, cultural, ético-político, econômico, social, ideológico etc. - identificada com as classes e grupos subalternos.

No que refere ainda a Gramsci, Cox reproduz definições discutíveis, no âmbito de senso comum, sobre o comunista italiano. Por exemplo, o intelectual orgânico como mentor de movimentos e partidos políticos (COX, 2002, p. 37). Fazendo jus a Gramsci de modo mais acurado, a definição mencionada de Cox não se coaduna necessariamente com aquela encontrada nos cadernos carcerários, tendo em vista que o intelectual orgânico desempenha teórica e praticamente papel fundamental na organização, produção e reprodução de uma dada sociedade em seu modo de vida específico (GRAMSCI, 1975, p. 1514-1517).

Outro ponto discutível concerne à proposição coxiana de uma “contra-hegemonia” aos Estados Unidos baseada em coalizão terceiro-mundista de Estados (COX, 1981, p. 151-152), que enseja mais um dos limites à compreensão da obra de Gramsci. Não há o conceito de “contra-hegemonia” na obra do comunista sardo. Toda ação política é aspirante à hegemonia no aparato conceitual do comunista italiano, ainda que ela possa não ser efetivamente hegemônica no momento de sua ocorrência. Como categoria dotada de complexidade histórica, há formas completas e incompletas de hegemonia⁴. Este é o sentido de não aparecer a noção de “contra-hegemonia” em momento algum na totalidade da obra gramsciana. A provável razão da popularização deste conceito está associada ao seu uso pioneiro nos anos 1970 pelo crítico literário Raymond Williams (1977, p. 116). O uso entre aspas pelos motivos já arrolados – como o faz Adam David Morton (2007, p. 92, 95, 97) – é assim justificado⁵.

Há interpretações corretas de Gramsci por Cox com desdobramentos discutíveis. A título de exemplificação, Cox menciona corretamente a unidade entre Estado e Sociedade Civil (COX, 1981, p. 126), tal como Gramsci definiu em sua obra.

⁴ Em sendo uma categoria de cunho histórico e variável, a categoria gramsciana de hegemonia pode ser incompleta e ter, inclusive, o predomínio da força e emanar do Estado e não da sociedade civil. Uma destas formas incompletas de hegemonia presentes na obra carcerária gramsciana é a complexa categoria de revolução passiva.

⁵ O fato de não existir a categoria de “contra-hegemonia” no aparato conceitual gramsciano não impede de que ela seja usada, principalmente se for considerado o aspecto metodológico gramsciano da “tradução” para tal emprego. O tema da “tradução” será tratado no próximo tópico desta reflexão.

A propósito de tal perspectiva que alude, entre outros pontos, à relação entre Estado e mercado, Mariutti (2013, p. 43) remete ao fato de que Cox, ao propor a interpenetração entre Estado e Sociedade Civil,

[...] o faz de forma muito mais sofisticada e dinâmica, pois congrega a ‘internacionalização’ do Estado (que ajuda a amalgamar Estado e Sociedade Civil em uma escala internacional) e da Produção (que exige a interpenetração entre elementos do poder público e do setor privado) levando em conta o modo como esta articulação ganha concretude na configuração de uma estrutura de classes peculiar, onde a ‘autoridade política’ nos termos aqui definida, se concretiza nos atritos entre a classe dos ‘administradores transnacionais’ (que combina elementos da vida privada e autoridades públicas), e as forças sociais que tendem ao nacionalismo. É claro que esta postura gerou – e continuará a gerar – diversas controvérsias. Mas, pelo menos em potência, ela aponta para a necessidade de tentar suplantar as especialidades acadêmicas e recoloca no centro da análise o conflito entre as classes e os grupos sociais enquanto forma suplementar de identidade social.

Conforme reiterado, a formulação Cox é polêmica. A partir de um exame da obra gramsciana, a tese coxiana da internacionalização do Estado (COX, 1981, p. 126, 144-146) enseja consequências e dificuldades teóricas que o autor canadense não discute, quais sejam, aquelas referentes à internacionalização da sociedade civil. Duas delas poderiam ser elencadas. Uma primeira estaria nos critérios metodológicos para justificar tal internacionalização. Por outras palavras, como desdobrar da obra gramsciana a formulação de uma internacionalização da sociedade civil se ela não aparece neste formato em sua obra carcerária e pré-carcerária? Em princípio, o *opus* gramsciano concebe a sociedade civil como uma categoria destinada à dinâmica do interior dos Estados e não ao plano internacional. Uma segunda dificuldade diz respeito à formulação gramsciana da unidade orgânica de um Estado e uma sociedade civil. A separação de ambos só seria concebível do ponto de vista didático, metodológico (GRAMSCI, 1975, p. 1589-1590)⁶. Como consequência teórica, no âmbito internacional, isto demandaria uma unidade orgânica de um Estado e uma sociedade civil mundiais. A consequência de tal definição não está na pauta dos escritos coxianos e segue sem resposta.

⁶ Ver a respeito também Coutinho (2007, p. 119-143) e Bianchi (2008, p. 173-190).

Valendo-se de uma perspectiva gramsciana para tentar resolver este impasse, deve-se atentar para as temporalidades não necessariamente idênticas entre o interno e o internacional⁷. Como o autor italiano sustentou, as relações internacionais seguem logicamente as relações sociais fundamentais (GRAMSCI, 1975, p. 1562), o que significa não serem necessariamente iguais nos dois níveis. Ainda conforme Gramsci (1919 apud MORTON, 2007, p. 1), “o capitalismo é um fenômeno econômico histórico mundial e seu desenvolvimento desigual significa que as nações individualmente não podem estar no mesmo nível de desenvolvimento econômico ao mesmo tempo.” Tal formulação certamente tem consequências para a unidade orgânica entre Estado e Sociedade Civil, considerada na sua particularidade e historicidade.

Cox recorreu a edições temáticas e antologias de língua inglesa de Gramsci que não fazem jus ao movimento de elaboração fragmentário e assistemático do prisioneiro de Mussolini, contemplados somente pela edição crítica dos cadernos carcerários organizada por Valentino Gerratana, a mesma citada neste texto (GRAMSCI, 1975). As edições disponíveis no mundo anglo-saxônico dão a falsa impressão de uma escrita sistemática de Gramsci de suas notas prisionais, ponto forjado pelas compilações feitas nas edições organizadas desde os anos 1950 pelo ex-secretário-geral do PCI, Palmiro Togliatti⁸.

O fato de Cox justapor dois autores com estatutos epistemológicos distintos acerca do que seja teoria e conhecimento crítico é apenas uma parte de seu ecletismo.

A confusão com uma perspectiva liberal aparece na teoria crítica – Cox aí incluso - na medida em que não se consegue diferenciar um estatuto crítico ao prescrever soluções globais e universais como forma de acobertar relações particulares de injustiça e exploração. Isto requereria uma ponderação sobre as particularidades históricas, de grupos e classes e seus respectivos papéis na luta por emancipação, ponto não contemplado pela vertente (JAHN, 1998, p. 638)⁹.

⁷ Compreende-se com isto que os tempos da transformação política, econômica, cultural, militar, social, ideológica etc. não são necessariamente idênticos no interior dos Estados com seus congêneres no além-fronteiras.

⁸ Ver a respeito Bianchi (2008, p. 35-46).

⁹ Um argumento um pouco semelhante é elencado por Villa (2008) quando identifica uma relação da teoria crítica com o liberalismo. Conforme o autor, a teoria crítica propõe um projeto de emancipação humana que

Em diapasão semelhante, Saad-Filho e Ayers (2008, p. 110) reconhecem a importância e a contribuição coxiana para uma compreensão mais aberta e contextualista com significativa repercussão nas ciências sociais. Mas ainda assim, com ressalvas. Eles assim resumem o ecletismo e limite coxiano no que tange às formulações sobre a transição do capitalismo global à conjuntura de hegemonia do neoliberalismo:

Em primeiro lugar, elas tendem a ser excessivamente abstratas e ecléticas. Estas análises recorrem a uma justaposição metodologicamente falha de interpretações dessa transição, incluindo perspectivas selecionadas do marxismo, teoria da regulação, institucionalismo e economia política evolutiva, entre outras escolas de pensamento e de diversas disciplinas, incluindo relações internacionais (RI), ciência política, sociologia e economia. Estas tentativas de síntese tendem a ser demasiado ambiciosas e, quase invariavelmente, superficiais. Em segundo lugar, o emprego coxiano de análise de classe é em grande parte categorial, ignorando a dinâmica de espoliação, exploração, resistência e competição no cerne do progresso tecnológico e mudanças políticas nas sociedades capitalistas. Em terceiro lugar, e relacionado com o ponto anterior, os estudos coxianos geralmente oferecem uma teorização inadequada dos processos sociais e históricos e o material e as relações sociais entre eles. Em quarto lugar, elas primam excessivamente sobre a suposta 'autonomia' do Estado como um fator explicativo abrangente de reforço infraestrutural de processos de mudança sistêmica.¹⁰

As ressalvas identificadas pelos autores se assemelham às dificuldades anteriormente apontadas no âmbito do construto teórico de Cox: justaposição de aspectos, categorias de diferentes construtos sem uma mediação que lhes prive de vagueza ou incoerência interna na argumentação teórica. Em uma palavra, limites de demonstração a partir do plano histórico e empírico e ecletismo.

possui relações, pontos em comum com tal tradição de pensamento. A centralidade do tema da sociedade civil, inclusive no plano internacional, reforçaria tal justificativa. Villa inclui nesta avaliação o "braço" da teoria crítica nos temas de segurança, os *Critical Security Studies* ou Estudos Críticos de Segurança. Para uma visão preliminar sobre tais estudos, consultar Krause e Williams (2002).

¹⁰ Tradução do autor.

3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS

O objetivo desta seção é iniciar uma elaboração sobre aspectos metodológicos e epistemológicos no sentido de avaliar a obra de Cox com vistas à futura resposta das questões de pesquisa acima enunciadas.

Tratar-se-á de dois aspectos. O primeiro remete aos cuidados metodológicos relativos a uma investigação sobre Gramsci e sua categoria de “tradução” ou “tradutibilidade”. O segundo concerne ao tema do ecletismo e das reconstruções metodológicas.

No tocante a Gramsci e seu *opus* carcerário, é imperativo o uso da edição crítica elaborada por Valentino Gerratana e publicada a partir de 1975. A organização dos textos carcerários dos “Cadernos” permite uma classificação e a percepção de um movimento de elaboração do seu aparato conceitual carcerário: foram classificados como textos “A” para aqueles de primeira redação e textos “C” para os de segunda redação acerca de tema específico que sofreram modificação ou não por Gramsci. Aqueles textos que tiveram redação única, Gerratana os classificou como “B”. De modo diverso inclusive à periodização cronológica proposta pela edição crítica de Gerratana, Gianni Francioni (1984) busca demonstrar uma complexa e detalhada reconstrução do itinerário da elaboração gramsciana dos diferentes cadernos em perspectiva não linear na prisão em concomitância com suas cartas, o que nos aponta que as mesmas devem ser lidas conjuntamente com os cadernos. Sendo assim, a análise de Francioni é um guia essencial para entender o contexto específico e cronológico da elaboração gramsciana. Trata-se de ponto ausente na elaboração coxiana e na sua reflexão sobre Gramsci.

Outro ponto apontado pelo próprio Gramsci para o estudo de idéias e autores e reforçado por Giorgio Baratta (2004, p. 82-110) é buscar a compreensão dos motes, das idéias importantes, do *leitmotiv* de um pensamento, bem como o seu ritmo de elaboração.

Evidentemente que a leitura de Gramsci não é um fim em si própria. Ela serve, conjuntamente à leitura de autores como Marx e Horkheimer, para a discussão do estatuto epistemológico no pensamento de Cox. O pensamento de Gramsci enseja uma categoria metodológica-

mente relevante que evitou que sua formulação enveredasse justamente pelo ecletismo.

Refere-se à categoria gramsciana de tradutibilidade ou traducibilidade. Ou simplesmente, tradução (GRAMSCI, 1975, p. 2268). Trata-se da perspectiva de que uma categoria ou conceito não deve ser tomado, compreendido, aplicado de forma mecânica. Ele deve ser adaptado às diferentes línguas, às diferentes tradições históricas, sociais e culturais. Tal perspectiva de apreensão de conceito, categoria, noção ou idéia pode implicar em um desvio em relação a sua elaboração original, mas pode conotar também um enriquecimento em relação a seu significado original.

Pode-se eventualmente buscar traduzir sob uma chave gramsciana elaborações ou conceitos que as lacunas existentes em sua elaboração e na obra no que refere ao temário internacional. A tradução de conceitos, idéias e categorias de outros autores e tradições foi um recurso usado por Gramsci justamente para que a recepção e assimilação de idéias não configurassem um ponto incoerente com o historicismo absoluto que é peculiar ao seu raciocínio, bem como toda a perspectiva marxista do seu pensamento. Portanto, não se trata de fazer uso das categorias gramscianas com se elas fossem imanentes, aplicáveis somente ao seu contexto original de elaboração. Por outro lado, não se trata também de assimilar conceitos, noções ou idéias justapondo-os de modo eclético. As idéias e conceitos devem ser trabalhados, compatibilizados com a perspectiva histórica e crítica da chave marxista e gramsciana. Foi justamente o que Gramsci fez com aspectos estranhos ao marxismo de autores que lhe serviram de fonte, como Maquiavel, Guicciardini, Sorel, Pareto, Cuoco, dentre outros.

Aproveita-se o ensejo para aprofundar o tema do ecletismo. Define-se o ecletismo como uma deficiência teórico-metodológica que confunde sistemas conceituais e categorias que possuem pontos divergentes entre si.

Dito de outra forma, o

[...] uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados. A ocorrência do termo sem definição que reduzisse ou eliminasse a sua ambigüidade, não permitiria saber a qual de vários conceitos possíveis está associado. Inadvertidamente, muitas vezes, utiliza-se o sinal que expressa o

conceito, mas não o próprio conceito. O discurso torna-se vazio ou obscuro sem que o cientista social perceba que a sua linguagem pode dificultar a comunicação. Se tal ocorrência é grave ao nível da teoria, será gravíssima em nível metateórico ou meta-sociológico. Neste caso os conceitos metodológicos desprovidos de suas características limitar-se-ão a nomeações e classificações rituais de posturas sem qualquer influência nas estratégias de investigação, o que é comum em textos produzidos por autores desprovidos de treinamento metateórico. Termos vazios de significado não podem funcionar como instrumental de reconstrução teórica ou metodológica. Esta é uma caracterização, diremos que, formal do ecletismo. (OLIVEIRA, 1995, p. 263).

Na mesma linha de raciocínio, o autor citado resume o ecletismo: “todos os problemas podem ser trabalhados com uma teoria sintética e sistemática ou todas as teorias podem tratar do mesmo problema.” (OLIVEIRA, 1996, p. 84-85).

Não se trata de uma petição de princípio segundo a qual não se possa usar conceitos ou categorias originários de autores ou perspectivas distintas na mesma linha de argumento ou teorização. O que está em jogo é a ressignificação, reelaboração crítica de forma adequada de conceitos e tipologias extraídos de seus contextos originários em termos teóricos e empíricos. Como buscar dar conta deste movimento e elaborar um diagnóstico sobre a eventual manifestação do ecletismo?

Recorre-se ao que Oliveira denominou “reconstrução metodológica”. Tal recurso consiste na explicitação de critérios que orientam conceitos na sua natureza epistemológica – referente à natureza de uma teoria ou conhecimento científico no contexto em que o conceito e a categoria estão inserida – e ontológica, aqueles concernentes aos entes fundamentais da ação no contexto pesquisado, sejam, por exemplo, classe, grupo, elite, indivíduo, etc.. Tudo isto deve ser inserido em mapa conceitual que não pretende ser rígido, apenas um guia inicial, aquilo que Oliveira chama de “esquema-base” (OLIVEIRA, 1976, p. 270). Não se trata de propor uma abordagem esquemática do objeto em tela, mas sim de buscar clareza dos principais conceitos presentes na elaboração coxiana, notadamente aqueles originários e tributários do marxismo. Qual a sua gênese? Qual o aparato epistemológico que lhe serve de base? Como encerra relações abstrato-

-concretas em termos particulares e históricos? Conforme o caso, como tais categorias podem ser articuladas de modo coerente ou não e por que? Responder basicamente a tais questões é crucial para buscar confirmar ou não o diagnóstico de um ecletismo ou incoerência nas formulações teóricas de Robert W. Cox.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Três pontos fundamentais marcaram a argumentação deste texto: a) o ecletismo epistemológico e conceitual de Cox; b) a apropriação livre e pouco rigorosa por Cox do pensamento de Gramsci; c) a caracterização da formulação de Cox como uma variante do idealismo liberal na medida em que não supera a perspectiva universalista de emancipação na sua proposição e análise do plano internacional.

Em face desta avaliação preliminar, algumas frentes de investigação com relação ao pensamento coxiano precisam ser objeto de análise: a “tradução” no sentido gramsciano de categorias como “contra-hegemonia”, revolução passiva e hegemonia, além das já mencionadas (in)compatibilidades conceituais e históricas discutidas acima. Desenvolver-se-á isto em outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

- ADLER, E. O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova*, São Paulo, n. 47, p. 201-252, 1999.
- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos*: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.
- COUTINHO, C. N. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- COX, R. W. *Approaches to world order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory, In: *Millenium: Journal of International Studies*, vol. 10, No. 2, 1981, pp. 126-155.

DEVETAK, R. Critical theory. In: BURCHILL, S.; LINKLATER, A. (Org.). *Theories of international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 137-160.

FRANCIONI, G. *L'officina Gramsciana: ipotesi sulla struttura del "Quaderni del carcere"*. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

GILL, S. *Finance, production and panopticism: inequality, risk and resistance in an era of disciplinary neo-liberalism*. [1995]. Disponível em: <http://www.stephengill.com/finance_production_and_panopticism.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2010.

GILL, S.; LAW, D. Global hegemony and structural power of capital. *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 4, p. 476-499, Dec. 1989.

GRAMSCI, A. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HALLIDAY, F. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p. 31-68. (Série Os Pensadores, n. 16).

JAHN, B. One step forward, two steps back: critical theory as the latest edition of liberal idealism. *Millenium: journal of international studies*, London, v. 27, p. 613-641, 1998.

KRAUSE, K.; WILLIAMS, M. C. (Ed.). *Critical security studies: concepts and cases*. London: University College London Press, 2002.

KÜTTING, G. *Environment, society and International relations: towards more effective international environmental agreements*. New York: Routledge, 2001.

LINKLATER A. *Beyond realism and marxism: Critical theory and international relations*. New York: Macmillan; 1990.

_____. Citizenship, humanity and cosmopolitan harm conventions, *International Political Science Review*, v. 22, n.3, p. 261-277, 2001.

MARIUTTI, E. B. *Política internacional, relações internacionais e economia política internacional: possibilidades de diálogo*, Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 2013. (Texto para Discussão, n. 218).

- MORTON, A. D. Social forces in the struggle over hegemony: neo-Gramscian perspectives in international political economy. *Rethinking Marxism*, Abingdon, v. 15, n. 2, p. 153-179, Apr. 2003.
- MORTON, A. D. *Unravelling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy*. London: Pluto Press, 2007.
- MURPHY, C. N. *International organization and industrial change: global governance since 1850*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- MURPHY, C. N. The promise of critical IR, partially kept. *Review of International Studies*, London, v. 33, p. 117-133, 2007.
- MURPHY, C. N. Understanding IR, understanding Gramsci. *Review of International Studies*, London, v. 24, p. 417-425, 1998.
- OLIVEIRA FILHO, J. J. de. A reflexão metodológica em Florestan Fernandes. *Revista USP*, São Paulo, n. 29, p. 82-85, mar./maio 1996.
- OLIVEIRA FILHO, J. J. de. Patologia e regras metodológicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 263-268, 1995.
- OLIVEIRA FILHO, J. J. de. Reconstruções metodológicas de processos de investigação social. *Revista de História (USP)*, São Paulo, n. 107, p. 263-276, 1976.
- PASSOS, R. D. F. Gramsci e a teoria crítica das relações internacionais. *Revista Novos Rumos*, Marília, v. 50, n. 2, 2013. Não paginado.
- PRICE, R.; REUS-SMIT, C. Dangerous liaisons?: critical international theory and constructivism. *European Journal of International Relations*, London, v. 4, n. 3, 259-294, 1998.
- PUGH, M. Peacekeeping and critical theory. *International Peacekeeping*, Abingdon, v. 11, n. 1, p. 39-58, Spring 2004.
- RUPERT, M. *Producing hegemony: the politics of mass production and american global power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- SAAD-FILHO, A.; AYERS, A. J. Production, class and power in the neoliberal transition: a critique of coxian ecletism. In: AYERS, A. (Ed.). *Gramsci, political economy and International Relations theory: modern princes and naked emperors*, New York: Palgrave Macmillan, 2008. chap. 6.
- SCHECHTER, M. G. Critiques of coxian theory: background to a conversation. In: COX, R. W. *The political economy of a plural world: critical reflections on power, morals and civilization*. New York: Routledge, 2002. p. 1-25.

- SCHOUTEN, P. *Robert Cox on world orders, historical change, and the purpose of theory in International Relations*. Theory talk #37, 2009. Disponível em: <<http://www.theory-talks.org/2010/03/theory-talk-37.html>>. Acesso em: 14 set. 2010.
- VILLA, R. D. Segurança internacional e normatividade: é o liberalismo o elo perdido dos Critical Securities Studies? *Lua Nova*, São Paulo, v. 73, p. 95-122, 2008.
- WALKER, R. B. J. *Inside-outside: relações internacionais como teoria política*. Rio de Janeiro: PUC, Apicuri, 2013.
- WALTZ, K. *Man, the state and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 2001.
- WALTZ, K. *Theory of international politics*. Reading: Addison-Wesley, 1979.
- WENDT, A. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- WHITWORTH, S. *Feminism and international relations: towards a political economy of gender in interstate and non-governmental institutions*. Basingstoke: Macmillan, 1994.
- WILLIAMS, R. *Marxism and literature*. Oxford: Oxford University Press, 1977.